

**A LUTA PELA TERRA MARÃIWATSÉDÉ:
POVO XAVANTE, AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSÚ, POSSEIROS E
GRILEIROS DO POSTO DA MATA EM DISPUTA (1960-2012).¹**

Resumo:

O Araguaia mato-grossense fez parte da Amazônia Legal, região construída jurídica e administrativamente com o objetivo de ser fronteira de expansão agrícola, sobretudo durante os Governos Militares. A partir de políticas e projetos de governo essa região foi se consolidando como *fronteira* de alteridade e conflito de diferentes agentes históricos: povos indígenas, posseiros, grileiros, trabalhadores rurais, empresários e colonizadores. Dentre esses, os últimos foram os que receberam mais incentivo governamental e causaram os maiores conflitos fundiários e inter-étnicos, sendo a Agropecuária Suiá Missú um caso notório, uma vez que foi responsável pela compra de mais de 695 mil hectares do território tradicionalmente ocupado pelos Xavante, no início da década de 1960, e que organizou a transferência dos indígenas para a Missão São Marcos. Durante as décadas de 1970 e 1980 a Agropecuária Suiá Missú recebeu incentivos fiscais e financiamento governamental até que foi incorporada pela empresa estatal italiana, ENI Agip Petrolí. Essa empresa passou a sofrer críticas por ter terras que eram dos Xavante, e durante a Eco-92, um de seus dirigentes fez a promessa de devolução da área remanescente de 195 mil ha para os Xavante. Ainda em 1992, um laudo antropológico que identificou e delimitou a área que seria devolvida aos Xavante, tornou-se um instrumento de luta por ser produzido a partir da versão da história dos indígenas, através da memória do lugar como arma na luta pela Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé. No entanto, no mesmo ano de 1992, políticos locais organizaram e incentivaram uma invasão da área remanescente da Suiá Missú, atraindo tanto posseiros interessados na terra para morar e plantar, como de grileiros e comerciantes de terras que permaneceram na TI Marãiwatsédé de 1992 até 2012, um período em que a TI foi demarcada e homologada, e ocorreu a desintração dos não índios no último ano. Durante esses vinte anos, os *posseiros da Suiá* (autodenominação) se organizaram politicamente por meio de uma associação denominada APROSUM e intensificaram a luta através de batalhas jurídicas, batalha de peritos e a batalha midiática, que forneceram “armas” e possibilitaram a construção histórica e social de um acontecimento monstro que foi a desintração ocorrida em 2012, que sensibilizou a opinião pública local e regional, que acabou se colocando contra o direito dos Xavante. Os principais acontecimentos que entrecruzam o processo de luta pela TI Marãiwatsédé tiveram como sistema de referência a terra como propriedade privada destinada ao aproveitamento econômico e fonte de “progresso” regional, uma referência que aparece em discursos na reunião da invasão em 1992 e nas narrativas da mídia local na desintração de 2012.

Palavras Chaves: Luta pela terra, posseiros, Xavante.

¹ Resumo de Dissertação de Mestrado. Juliana Cristina da Rosa. Cientista Social e Mestre em História, pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da UFMT. Dissertação defendida em 2015.